

**À Comissão de Contratação**

**Do**

**Município de Nova Esperança do Sudoeste, Estado do Paraná**

**Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/2025**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 105/2025**

**Recorrida:** BRUNA CAROLINA JACHINSKI LTDA

**CNPJ:** nº 45.585.657/0001-04

**Representante Legal:** Bruna Carolina Jachinski

**Senhores membros da Comissão,**

Nos termos do art. 165 da Lei nº 14.133/2021, e dentro do prazo legal, a empresa acima identificada vem, respeitosamente, apresentar suas Contrarrazões ao Recurso Administrativo interposto pela empresa recorrente, com fundamento nos fatos e argumentos a seguir expostos.

## **I. DA AUSÊNCIA DE INEXEQUIBILIDADE**

### **• Presunção Meramente Indiciária**

Nos termos do § 4º do art. 59 da Lei nº 14.133/2021, a legislação estabelece **indícios** de inexecução com base em parâmetros objetivos, mas não autoriza, por si só, a desclassificação automática da proposta. Ao contrário, impõe à Administração a concessão de oportunidade ao licitante para demonstrar a viabilidade da sua proposta, assegurando o devido processo legal.

### **• Diligência e Comprovação**

Imediatamente após o encerramento da fase de lances, a Comissão de Licitação, em estrita observância ao § 2º do art. 59 da Lei nº 14.133/2021, solicitou à empresa ora recorrida a apresentação da Planilha de Exequibilidade. A documentação foi tempestivamente entregue, analisada e considerada satisfatória pela Administração, resultando na habilitação da empresa. Tal sequência demonstra o regular cumprimento dos princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo.

### **• Possibilidade de Diligência Complementar**

Ressalta-se, ainda, que a própria legislação permite à Administração, sempre que entender necessário, realizar diligências complementares para elucidar eventuais dúvidas quanto à documentação apresentada, inclusive em sede recursal, conforme preconiza o § 2º do art. 59 da Lei nº 14.133/2021. Assim, eventuais alegações quanto à exequibilidade já foram devidamente enfrentadas pela Comissão e, caso ainda persista algum ponto a ser esclarecido, há respaldo normativo para nova solicitação de esclarecimentos, sem prejuízo às partes envolvidas.

• **Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa**

Cumprir destacar que qualquer decisão que importe em desclassificação sumária, sem a devida oportunidade de apresentação de documentos ou esclarecimentos, configura violação aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, previstos no art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal, bem como ao disposto no art. 59, § 2º, da Lei nº 14.133/2021.

## **II. DA CORRETA COMPOSIÇÃO DE CUSTOS**

### **1. Honorários da Responsável Técnica – Engenheira Civil**

A planilha de formação de custos apresentada pela empresa BRUNA CAROLINA JACHINSKI LTDA contempla, de forma objetiva e transparente, todos os encargos e despesas envolvidos na execução do objeto licitado. No caso específico da remuneração técnica, informa-se que a Engenheira Civil Bruna Carolina Jachinski, inscrita no CREA-RS sob o nº 263013, única sócia e responsável técnica pela empresa, não possui honorários destacados na planilha por opção estratégica e estrutural da organização da empresa.

Conforme declarado formalmente na Declaração de Exequibilidade apresentada em resposta à diligência da Comissão, a remuneração da responsável técnica está incorporada ao lucro líquido da operação, não havendo qualquer custo adicional imputável à rubrica “Engenheiro Civil”. Essa prática é perfeitamente viável e comum em empresas unipessoais, nas quais a própria sócia executa os serviços, otimizando a estrutura de custos sem comprometer a qualidade técnica ou a viabilidade financeira da proposta.

Ressalta-se ainda que a Declaração de Responsabilidade Técnica foi apresentada na fase de habilitação, indicando expressamente a profissional habilitada para a execução dos serviços, em estrita conformidade com os requisitos do edital e da Lei nº 14.133/2021.

Restou demonstrado que a remuneração técnica da Engenheira Bruna Carolina Jachinski está prevista de forma coerente e compatível com a estrutura da empresa, não havendo motivo para questionamentos quanto à viabilidade da proposta.

### **2. DA PREVISÃO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO TOPOGRÁFICO**

#### **Quantitativo e Compatibilidade de Valores com o Mercado**

A planilha de formação de custos apresentada por esta empresa contempla, de forma transparente e fundamentada, a locação dos equipamentos topográficos necessários à execução dos serviços, com previsão de 20 dias de uso ao custo total de R\$ 2.450,00, equivalentes a R\$ 122,50 por dia, conforme demonstrado no Anexo I.

A fase de levantamento de campo foi estimada em até 10 dias úteis, dentro do prazo global de 30 dias corridos para entrega dos projetos, estipulado na cláusula

5.1 do edital. A previsão de 20 dias de locação, portanto, foi estabelecida de forma técnica e prudente, incluindo margem adicional para eventuais revisões, repasses de trechos ou imprevistos operacionais, de modo a garantir a regularidade da execução contratual, sem risco de interrupções ou reequilíbrios posteriores.

#### **Comprovação da Exequibilidade Mediante Orçamento de Fornecedor**

Para reforçar a compatibilidade dos valores estimados com os praticados no mercado, anexa-se o Orçamento nº 278 (ANEXO I), emitido pela empresa GEOSURVEY TECNOLOGIAS, especializada na locação de equipamentos de geotecnologia. O documento comprova a possibilidade de locação de dois receptores GNSS RTK EMLID REACH RS2 pelo valor total de R\$ 2.400,00 para 20 dias, valor este ligeiramente inferior à estimativa de R\$ 2.450,00 apresentada na proposta, o que reforça a prudência adotada na previsão orçamentária. Tal orçamento comprova que o valor é não apenas realista, como conservador frente ao custo diário individual dos equipamentos.

#### **Execução Técnica Direta pela Responsável Técnica**

Adicionalmente, informa-se que a operacionalização dos equipamentos será realizada diretamente pela responsável técnica, Engenheira Bruna Carolina Jachinski – CREA-RS 263013 –, sem necessidade de contratação adicional de operador. Trata-se de prática tecnicamente legítima e responsável, compatível com a natureza do serviço e com a qualificação da profissional, que atua diretamente na execução das atividades de campo. Essa metodologia é adequada à estrutura da empresa e permite ganhos operacionais sem comprometer a qualidade técnica dos levantamentos.

Dessa forma, resta plenamente demonstrada a coerência entre os valores estimados, a metodologia proposta e a estrutura de execução, não havendo que se falar em qualquer indício de inexecuibilidade quanto à previsão de locação de equipamentos.

### **3. COMPOSIÇÃO TRIBUTÁRIA E ATENDIMENTO À DILIGÊNCIA**

Em estrita observância ao § 2º do art. 59 da Lei nº 14.133/2021 e à cláusula 13.9 do edital, bem como à diligência suscitada pelo próprio recorrente, esclarece-se que:

Até o mês de junho de 2025, a proponente encontrava-se enquadrada no Anexo V do Simples Nacional, com alíquota efetiva de 15,5%, em razão da proporção entre folha de pagamento e receita bruta. A partir de julho de 2025, a empresa passou a se enquadrar no Anexo III, com alíquota reduzida de 6%, situação que permanece vigente e se manterá no mês da contratação e execução dos serviços.

Todavia, com vistas a garantir máxima transparência e robustez na análise da exequibilidade da proposta, a empresa apresenta, adicionalmente, uma Planilha de Exequibilidade alternativa (Anexo II), elaborada com base no cenário fiscal mais oneroso — ou seja, considerando alíquota de 15,5%.

A análise comparativa entre os dois cenários evidencia que, mesmo com a aplicação do percentual mais elevado de tributação, a proposta permanece viável e rentável, com margem de lucro compatível com a adequada execução contratual, sem comprometer o equilíbrio econômico-financeiro.

Verifica-se, assim, que a estrutura de preços está dimensionada para suportar os encargos tributários, não havendo fundamento técnico para alegações de inviabilidade.

### **III. DO INEXISTENTE RISCO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

#### **Julgamento Objetivo**

O edital impõe requisitos técnicos mínimos para todos os licitantes, cumpridos integralmente pela recorrida, de modo que não cabe à Comissão nem aos demais licitantes aferir “baixa qualidade” por mera diferença de preço, em estrita observância ao princípio do julgamento objetivo e da vinculação ao edital, conforme art. 5º, incisos XIV e XV, da Lei nº 14.133/21 .

Em face do exposto, é possível concluir que não há qualquer risco concreto à Administração Pública decorrente da proposta apresentada por BRUNA CAROLINA JACHINSKI LTDA.

### **IV. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA**

#### **Previsão Legal – Lei nº 14.133/2021**

A análise da exequibilidade deve observar os dispositivos expressos da nova Lei de Licitações, especialmente o art. 59, inciso IV, e §§ 2º e 4º, os quais:

- Estabelecem que a simples presença de indícios de inexecutabilidade não autoriza a desclassificação automática da proposta;
- Determinam que, antes de qualquer medida desclassificatória, deve ser oportunizada ao licitante a demonstração da viabilidade da proposta mediante diligência específica.

No presente caso, tal procedimento foi corretamente seguido pela Administração, que solicitou a apresentação da Planilha de Exequibilidade, devidamente respondida com documentos e declarações formais pela empresa proponente.

#### **Previsões Editais Pertinentes**

As cláusulas 11.3, 13.8 e 13.9 do edital também preveem expressamente:

- Os parâmetros para avaliação da exequibilidade de propostas com valores reduzidos;
- O rito procedimental para diligência e comprovação de viabilidade econômica;
- A possibilidade de considerar diferentes regimes de tributação, conforme o enquadramento fiscal da empresa.

A empresa atendeu a todos os requisitos previstos nessas cláusulas, inclusive apresentando planilha alternativa com tributação mais gravosa, a fim de reforçar a viabilidade da proposta.

### **Correção de Citação Indevida no Recurso**

Cumprе destacar que o recurso interposto pela empresa recorrente fundamenta-se no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, o qual trata de critérios de desempate entre propostas. No entanto, o tema da inexecuibilidade é tratado exclusivamente no art. 59 da mesma Lei, sendo este o dispositivo juridicamente aplicável ao caso concreto.

## **V. PEDIDOS**

Ante o exposto, requer-se:

- O conhecimento e total provimento das presentes contrarrazões;
- A improcedência integral do recurso interposto por GOULART ENGENHARIA LTDA;
- A manutenção da habilitação e adjudicação do objeto à BRUNA CAROLINA JACHINSKI LTDA;

Nestes termos,

Pede deferimento.

Ijuí/RS, 30 de julho de 2025.

---

**Bruna Carolina Jachinski**

CPF: 036874500-74

CREA-RS 263013

## ANEXO I - Comprovação da Exequibilidade Mediante Orçamento de Fornecedor



### GEOSURVEY TECNOLOGIAS COMERCIO REPRESENTACAO E IMPORTACAO LT

CNPJ: 26.313.511/0001-57  
Inscrição Estadual: 0963682555  
Inscrição Municipal: 28532627

AVENIDA BENJAMIN CONSTANT, 1258 - SALA 101  
SAO JOAO  
Porto Alegre - RS - CEP: 90550-001  
Telefone: (51) 3019-5007

### Orçamento (Serviço) Nº 278

#### Informações do Cliente

BRUNA CAROLINA JACHINSKI

CPF: 036.874.500-74

Telefone: (54) 98106-6914

RUA TIRADENTES, 668 - AP 302  
CENTRO - Ijuí - RS - CEP: 98700-000

#### Lista dos Serviços

Descrição do Serviço	Quantidade	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
LOCACAO RECEPTOR GNSS RTK EMLID REACH RS2 S/N 82431284B186D240 (USADO) - 02 A 10 DIAS (Cód. 30200100)	10,00	120,00	1.200,00
LOCACAO RECEPTOR GNSS RTK EMLID REACH RS2 S/N 82432853C60AED582001 (USADO) - 02 A 10 DIAS (Cód. 30200100)	10,00	120,00	1.200,00
<b>Total:</b>			2.400,00
<b>Total do ISS:</b>			0,00

#### Vencimentos A Vista

Parcela	1
Vencimento	29/07/2025
Valor (R\$)	2.400,00

#### Outras Informações

Orçamento (Serviço) - incluído em: 29/07/2025 às 10:10:20

Previsão de Faturamento: 29/07/2025

Vendedor: Alexsander Barcellos

**ANEXO II - Planilha De Exequibilidade Com Tributação a 15,50%**

PLANILHA DE FORMAÇÃO DE CUSTOS											
Receita Bruta											R\$ 26.400,00
Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Despesas							Receita líquida
				Valor da proposta	Imposto (15,50%)	ART	Custo com deslocamento	Custo com profissional Engenheiro Civil	Custos com locação de equipamento topografico (RTK)	Gastos administrativos (contabilidade/hotel/alimentação/atestado/visto crea PR)	Lucro Líquido
1	Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto de pavimentação asfáltica em vias públicas urbanas ou estradas vicinais rurais, com base nas orientações técnicas da ITAIPU BINACIONAL, CAIXA ECONÔMICA e SECID, visando atender as necessidades do Município de Nova Esperança do Sudoeste, Paraná. O projeto deve conter os seguintes itens: Projeto Planialtimétrico; Projeto do Perfil Longitudinal; Projeto de terraplanagem; Projeto de Pavimentação Asfáltica; Projeto de calçadas quando for urbana; Projeto de Drenagem; Projeto de terraceamento e adequação das margens; Planta de localização; Projeto de Sinalização Viária (Vertical e Horizontal); Planilha de custo, memorial descritivo, cronograma físico financeiro, bem como demais documentos e relatórios necessários; ART de projeto.  O projeto deverá ser aprovado pela CAIXA E OU SECID OBS: Deve-se utilizar com base: SINAPI, DER, SICRO ou cotação de mercado.	m²	60.000	R\$ 26.400,00	R\$ 4.092,00	R\$ 271,47	R\$ 1.000,00	R\$ 0,00	R\$ 2.450,00	R\$ 3.000,00	R\$ 15.586,53